

DISPUTAS E SENTIDOS NA APROPRIAÇÃO DA CIDADE: O PRECONCEITO ESPACIAL COMO DISPOSITIVO DE CONTROLE SOCIAL

Reges Sodré¹

Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)
Rondonópolis, MT, Brasil



Enviado em 6 nov. 2022 | Aceito em 6 dez. 2023

Resumo: Considera-se, neste trabalho, o espaço urbano como um campo estruturado e estruturante de posições, com seus capitais, *habitus* e disputas específicas, que giram em torno da localização das habitações, da produção de seu ambiente e apropriação dos lugares de consumo, lazer e naturais – esses aspectos naturais intitulados pela Geografia de “amenidades geográficas”. O preconceito espacial é engendrado nessas disputas como um dispositivo de controle territorial, cuja geografização se dá por meio do planejamento e gestão das distâncias. É utilizado em múltiplas escalas da cidade e com diversas finalidades, entre as quais: manter seletivamente os estigmatizados distantes dos lugares das elites, justificar processos de revitalização urbana, controlar o orçamento e o planejamento urbano. Essa leitura foi construída, colocando em diálogo a teoria “bourdieusiana” dos campos, a perspectiva de construtivismo geográfico de Alicia Lindón e Michel Lussault e a teoria urbano-regional, com base em Villaça (2001), Cailly (2004) e Souza (2006, 2008).

Palavras-chave: preconceito espacial; dispositivo; campo; urbano.

CONFLICTS AND SENSES IN THE APPROPRIATION OF THE CITY: SPATIAL PREJUDICE AS A TOOL OF SOCIAL CONTROL

Abstract: This work considers the urban space as a structure and structuring field of positions with its capitals, *habitus*, and specific conflicts that turn around the location of the residences, environment production, and the appropriation of natural, consumption, and leisure – those natural aspects entitled by Geography as “geographical amenities”. In those spaces, spatial prejudice is generated as a tool of social control, in which geographical location occurs through the use of planning and distance management. It is employed in several scales of the city and with different purposes of the elites, such as: keeping stigmatized people far from the elite’s places, justifying the processes of urban revitalization, controlling the budget and urban planning. This conception was constructed through the dialogue with Bourdieu’s theory about the fields, the perspective of the geographical constructivism of Alicia Lindón, and the urban-regional theory based on Villaça (2001), Cailly (2004), and Souza (2006, 2008).

Keywords: spatial prejudice; tool; field; urban.

DISPUTAS Y SENTIDOS EN LA APROPIACIÓN DE LA CIUDAD: EL PREJUICIO ESPACIAL COMO DISPOSITIVO DE CONTROL SOCIAL

Resumen: En este trabajo se considera el espacio urbano como un campo estructurado y estructurante de posiciones con sus capitales, *habitus* y disputas específicas que giran alrededor de la localización de los domicilios, de la producción del ambiente y apropiación de espacios naturales, consumo y ocio. En esas disputas, el prejuicio espacial es engendrado como un dispositivo de control territorial cuya localización geográfica ocurre mediante el planeamiento y gestión de distancias. Es utilizado en múltiples escalas de la ciudad y con diversas finalidades entre las cuales están: mantener selectivamente a los estigmatizados lejos de los lugares de las élites, justificar los procesos de revitalización urbana, controlar el presupuesto y la planificación urbana. Ese concepto fue construido dialogando sobre la teoría de Bourdieu acerca de los campos, la perspectiva del constructivismo geográfico de Alicia Lindón y Michel Lussault y la teoría urbano-regional basada en Villaça (2001), Cailly (2004) y Souza (2006, 2008).

Palabras clave: prejuicio espacial; dispositivo; campo; urbano.

1. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. É professor dos cursos de graduação e pós-graduação (mestrado) da Universidade Federal de Rondonópolis e líder do Grupo de Pesquisa Teoria e Prática da Geografia – GeoPrática. E-mail: regessodre@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9615-528X>.

Introdução

Na vida cotidiana das cidades, os sujeitos estão, em todo momento, atribuindo valores aos lugares e às práticas espaciais neles realizadas. Isso é alcançado pela nomeação, delimitação e adjetivação dos espaços, cujo resultado imediato é o surgimento de alguns malfalados pela criminalidade, pela estética e pela insalubridade; enquanto outros são bem apreciados pela segurança, pela beleza, pelo conforto e pela boa frequência.

Esse processo de atribuição de significados negativos e positivos aos lugares e às práticas na cidade não ocorre por mera interação espontânea dos agentes sociais e muito menos por direções aleatórias. A construção desses sentidos está enraizada na estruturação da cidade, que obedece à constituição de campos de tensão e poder, cujas posições dominantes estigmatizam as dominadas.

As narrativas difundidas nas interações cotidianas são oriundas de socializações que criam e reproduzem esquemas de percepções sobre a cidade. Mas também envolve processos de institucionalização, dados por meio das mídias, televisão, jornais, redes sociais, revistas, e pelo Estado, por meio do seu aparelho repressor – a polícia –, e pela implantação seletiva de infraestrutura, amiúde orientada pela atuação dos agentes do mercado, os quais possuem diversos interesses nos sentidos desiguais, atribuídos aos diversos espaços e lugares da cidade.

Diante disso, este trabalho tem por objetivo analisar como ocorre a instituição de sentidos estigmatizantes em certos lugares da cidade e identificar os interesses que sustentam esse processo. Entende-se que o preconceito espacial é imanente à estruturação do espaço urbano, sendo utilizado em múltiplas escalas da cidade e com diversas finalidades, entre as quais, manter seletivamente os indesejados distantes dos lugares das elites, justificar processos de revitalização urbana, controlar o orçamento público e o planejamento urbano.

A pesquisa se construiu a partir da articulação de três *corpus* teóricos. No primeiro, realizou-se a leitura de Bourdieu (1983, 1997, 2006, 2013, 2015), no qual encontramos os conceitos de campo, *habitus* e capital, fundamentais para uma leitura dos processos de dominação e controle socioespacial. A abordagem do autor caminha pelos itinerários de um estruturalismo simbólico e guarda, em vários momentos, dificuldades ao ser pensada no âmbito da Geografia, dada sua negligência com o espaço.

Para superar essa dificuldade, apropriamo-nos da proposta de construtivismo geográfico de Lindón (2006, 2009, 2012, 2015, 2020) e Lussault (2015). Esses autores, ao centrarem sua análise em uma leitura simbólica da realidade urbana, especialmente a partir dos conceitos de lugar, práticas espaciais e imaginários urbanos, aproximam-se do pensamento de Bourdieu (2013), embora caminhem por uma perspectiva mais subjetivista. O desafio foi, portanto, o diálogo desses dois *corpus* teóricos para realização de uma análise estrutural-simbólica da construção espacial da cidade, focada em seus processos contraditórios, de dominação e de controle, sob os quais emergem e se assentam os preconceitos espaciais.

No entanto, nenhum dos dois *corpus* teóricos oferecem uma interpretação da estruturação e organização das cidades. Por isso, foi fundamental a articulação de um terceiro *corpus*, isto é, da teoria urbano-regional com suas abordagens de espaços públicos, centro-centralidades, planejamento-gestão, habitação, amenidades geográficas e terra-localização. Nesse sentido, buscou-se aporte teórico nos seguintes autores: Villaça (2001), Cailly (2004), Souza (2006, 2008), Svampa (2008), Rocha e Magalhães (2011), Rolnik (2015), Sennett (2018) e Kern (2020).

O artigo está dividido em quatro seções: na primeira, discute-se o espaço urbano como um campo de posições estruturadas e estruturantes, em que a dinâmica deriva o preconceito espacial. Na segunda, analisa-se a geografização dos preconceitos espaciais, considerando a gestão e o planejamento das distâncias espaciais. A terceira seção se dedica a pensar como o próprio substrato

espacial é um instrumento de preconceito espacial e, na última seção, analisa-se o preconceito espacial como um dispositivo de poder nas lutas por recursos escassos na cidade.

A disputa pelos sentidos do espaço

Lindón (2012) recupera três maneiras de se ler o espaço: o espaço como localização, produção e construção social. A primeira é de natureza mais topológica, a segunda material e a terceira atinente à dimensão simbólica. Entende-se que a articulação dessas duas últimas perspectivas é imprescindível para se compreender a consecução de preconceitos espaciais que surgem como instrumento e resultado das disputas pelos sentidos do espaço.

A construção social do espaço sublinha as experiências, as vivências, as representações e os imaginários que os sujeitos, em suas corporeidades, estabelecem com os lugares. Essa posição teórica advoga, ressalta Lindón (2012), por uma metodologia intermediária entre a materialidade e a pura subjetividade, uma vez que a inteligibilidade das relações socioespaciais se deriva das maneiras como os sujeitos significam a dimensão material.

Estaríamos, em todo momento, atribuindo sentido à cidade e suas partes, os quais não resultam de imposições nem de decisões de sujeitos inteiramente livres. É na interação entre os sujeitos que se engendram determinadas formas de atuar espacialmente, como a aversão ou o afeto por certos lugares. Cada encontro põe em jogo e em movimento valores, pautas, acordos e julgamentos que expressam as negociações pelo espaço, implicando relações de proximidade e distanciamento (LINDÓN, 2012). Para tanto, a referida autora afirma que:

Además, es necesario tomar en cuenta que esas situaciones se configuran por la coincidencia en un espacio-tiempo de ciertos actores, que en esencia poseen biografías que también son expresiones de otras singularidades. En otros términos, la coincidencia de vidas únicas en todo el sentido de la expresión pero ancladas en un cierto momento histórico y en un cierto territorio, le otorgan a lo único de esa vida rasgos compartidos con otros, por lo que lo único se torna singular (LINDÓN, 2012, p. 579).

Em seguida, a autora observa que “ese anclaje social e histórico ha sido analizado en los últimos años desde varias perspectivas. Una de ellas es la que recupera la idea de Pierre Bourdieu del *habitus*” (LINDÓN, 2012, p. 579). É verdade, no entanto, que Lindón em diversos outros trabalhos (LINDÓN, 2009, 2015, 2020) não opta por essa perspectiva e seu construtivismo espacial acaba por ser pensando mais no registro da subjetividade, achatando a elucidação das lutas por posições no espaço social, fim último da teoria “bourdieusiana”.

Todo o empreendimento da autora está centrado em fazer uma leitura simbólica da cidade e do urbano na América Latina, mas sem dispensar as relações com o substrato espacial material. Assim, o construtivismo geográfico de Lindón (2012), assentado em discussões seminais sobre práticas espaciais, imaginários, espaços públicos e periféricos, torna-se, por meio de uma apropriação crítica, fundamental para a análise da dominação e do poder simbólico na cidade.

Por isso, o caminho adotado nessa discussão não desconsidera o subjetivo nem as corporeidades, mas os inserem nos jogos de campos, *habitus* e capitais, de sorte que esses passam a ser condicionados pelas estruturas sociais que os indivíduos ocupam no espaço social e geográfico. Assim, a teoria relacional “bourdieusiana”, levada a cabo por esses conceitos, nos parece basilar para se fazer uma leitura da arquitetura do preconceito espacial.

Em um esforço de síntese muito geral, poderíamos dizer que o campo é um microcosmo, pertencente ao macrocosmo do espaço social. Cada campo possui regras de jogos próprios, irreduzíveis a outros campos, por exemplo, o que dá prestígio no campo científico não é o mesmo que

ocorre no campo econômico ou no esportivo. Mas, ao mesmo tempo, os campos têm regras invariantes – a conservação e a pretensão.

Uma das principais lutas estabelecidas nos campos é a acumulação de capitais específicos a eles. No campo científico, os recursos se acumulam por meio do reconhecimento dos pares e das instâncias de consagração que são criadas, como os prêmios, as revistas altamente qualificadas e as cátedras nas universidades. Diversamente, no campo econômico, a distinção vem, por exemplo, do acúmulo de dinheiro e pela edificação de empreendimentos de sucesso.

Por sua vez, o *habitus* é o sistema de disposições que vai acionar estratégias que viabilizem o sucesso das disputas nos campos. Cada campo exige obviamente *habitus* específicos: no futebol, estão associados mais às aptidões físicas; no científico, às aptidões intelectuais. Aqui, certamente, há o mais evidente contato com o macrocosmo do espaço social, pois as disposições são, em grande medida, nele geradas e depois filtradas para os campos.

Dessa forma, “estrutura estruturante que organiza as práticas e a percepção das práticas, o *habitus*”, diz Bourdieu (2013, p. 164), “é também estrutura estruturada: o princípio de divisão em classes lógicas que organiza a percepção do mundo social é, por sua vez, o produto da incorporação da divisão em classes sociais”. Há, portanto, homologias entre as posições ocupadas nos campos, no espaço social e geográfico (BOURDIEU, 1997).

Diante disso, toma-se aqui, tal como proposto inicialmente por Cailly (2004), o espaço urbano como um campo estruturado em posições, com seus *habitus* e capitais, com recursos escassos, que estão em processos de disputas. A maneira de se posicionar no campo urbano se dá a partir de práticas espaciais que, ao mesmo tempo, são influenciadas pela posição que os sujeitos ocupam nesse espaço.

Cailly (2004) pensa o campo urbano a partir do subcampo residencial, que se estrutura em duas dimensões, a localização residencial e os atributos da habitação. No primeiro caso, o que se busca (capitais) é a proximidade e/ou o rápido acesso ao centro da cidade e as áreas mais valorizadas em termos de consumo. No segundo, o que conta é o tamanho da residência, seus objetos, a presença de jardins e a sua arquitetura distintiva.

Villaça (2001, p. 74) afirma que “a terra urbana só interessa enquanto ‘terra-localização’, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade”. Nesse sentido, as elites e as classes médias vão procurar se apropriar e produzir os melhores pontos, que se traduzem na absorção das vantagens da aglomeração, como acesso aos espaços de consumo, ao trabalho e aos serviços públicos.

Aliadas às localizações, as amenidades geográficas também são definidoras do que apresentamos aqui como campo urbano, principalmente por atrair as camadas de alta renda, as quais se apropriam dos melhores sítios de acordo com os valores de cada época e “as condições de segurança, salubridade e beleza” (VILLAÇA, 2001, p. 198). O autor demonstra como, no final do século XIX, tendo como epicentro a cidade do Rio de Janeiro, suas orlas oceânicas começam a ser valorizadas como local de moradia pelas elites e pelas classes médias.

A valorização de espaços mais frescos, da brisa, do hábito de tomar banho de mar, de apreciar a vista panorâmica do mar, da vida ao ar livre e sua irreproduzibilidade tornam as orlas oceânicas lugares de alto prestígio nas metrópoles litorâneas brasileiras (VILLAÇA, 2001). Em trabalho mais recente, Rocha e Guimarães (2011) reafirmam a importância das amenidades geográficas nas escolhas espaciais dos cidadãos, sobretudo as relacionadas ao microclima das áreas oceânicas.

Dessa forma, a estruturação do campo urbano, especialmente nas cidades médias e grandes, ocorre com a associação, nem sempre pacífica, de áreas residenciais distintivas (acessibilidade e ambiente) com áreas nobres de consumo e amenidades geográficas pelo preço e raridade dos bens.

O inverso igualmente se verifica, bairros populares localizados e/ou associados a comércios e serviços populares, informais e ilegais, bem como a ambientes de riscos.

Assim, o campo urbano envolve outras disputas e dimensões que estão intimamente relacionadas com o subcampo residencial, como a localização do comércio, serviços, equipamentos esportivos, culturais e de lazer (CAILLY, 2004). Bourdieu (2015), por exemplo, ao analisar a distribuição espacial de diversas atividades culturais (alta costura, salas de concerto, lojas de vestuário etc.) em Paris, assinalava que agentes econômicos, ocupando posições homólogas em subcampos distintos, tendiam a se justapor na localização.

O resultado dessas disputas, poderíamos dizer, inspirados em Bourdieu (1983, 2006), é certa homologia entre produção e apropriação espacial. É justamente a partir dessa estruturação dos espaços que as disposições de classe vão-se condicionando e sendo condicionadas. Geram-se, desde o berço, percepções do que é um lugar belo, digno e – o principal – como se comportar neles, que atitudes ter diante dos outros e das formas geográficas, ou seja, como manipular e usar o espaço. Nesse processo, forma-se, no topo do campo urbano, rede de lugares cujos esquemas de apropriação são similares.

Por sua vez, na base e nos lugares intermediários do campo urbano, desenvolvem-se outros esquemas de apropriação do espaço. Se no topo do campo há uma forte valorização da dimensão estética e até poética do espaço, na base e zonas intermediárias predominam relações mais pragmáticas (BOURDIEU, 2006). Assim, nesse último caso, os lugares precisam ter uma utilidade; se for casa, precisa proteger das intempéries, se lugares de consumos, precisam ser, em primeiro lugar, viáveis economicamente e acessíveis espacialmente (BOURDIEU, 2006).

Essas oposições se ampliam quando o olhar repousa sobre a procura por autenticidade, que atinge todos (TAYLOR, 2011), mas os modos de realizá-la se distinguem profundamente. Em direção ao polo dominante, as lógicas se assemelham às regras da arte; os objetos espaciais, notadamente a casa, precisam – segundo Bourdieu (2006) – ter uma *assinatura*, certificando que foi construída por um *mestre*. Por meio da assinatura, o espaço expressa a personalidade do sujeito que constrói ou que dele se apropria.

Em direção às posições dominadas, a autenticidade (que aparece para os dominantes como ilegítima) ocorreria por maior “firmeza”, solidez e durabilidade dos objetos espaciais. A distinção entre as posições parece não estar, necessariamente, na multiplicidade de possibilidades de características espaciais, de *designer*, mas na acumulação de propriedades que se inscrevem em uma linha que vai do débil ao forte e seguro.

Essas posições no espaço urbano possibilitam a acumulação de capitais simbólicos, econômicos, sociais, culturais e espaciais. Esses últimos implicam diretamente menor dispêndio de energia e tempo para deslocamentos, aumentando a possibilidade de investimento em atividades prazerosas; convivência com pessoas semelhantes, criando redes de proteção, negócios e afetos; e constituição de um patrimônio material valioso financeiramente.

Pode-se falar, por outro lado, em um déficit de capital espacial e simbólico que se verifica quando a localização não é trunfo, mas um peso. Não gera orgulho e reconhecimento, mas exatamente preconceito. Não cria redes de proteção, mas de hostilidade, perigo, fragilidade e insegurança. Ademais, os deslocamentos para acessar bens e serviços demandam grandes gastos de energia, tempo e são dispendiosos.

Não é necessária muita imaginação para perceber que, nessa perspectiva e por meio desses conceitos, o conflito está no âmago das relações sociais. As classes estão, em todo momento, tentando impor uma visão e divisão legítima do mundo, do espaço e da cidade. Uma posição dominante precisa criar e reproduzir estratégias para conservá-la. Os pretendentes, por sua vez,

desejam e fazem todo esforço (*illusio*) para encontrar alguma fenda que possibilite um avanço de posição.

O **Quadro 1** procura relacionar os conceitos de campo, *habitus* e capitais, com equivalentes da Geografia, tendo em vista oferecer consistência teórica à abordagem em tela. Assim, o campo se expressa por meio do território, já que envolve sempre um nível de dominação e controle que agentes sociais (e seus territórios) exercem sobre outros e se estrutura em processos de segregação, a partir de relações socioespaciais assentadas na separação e distanciamento.

Quadro 1 – Constelação conceitual da construção do preconceito espacial

CONCEITOS SOCIOLÓGICOS	CONCEITOS ESPACIAIS	ESTRUTURAÇÃO	RELAÇÕES ESPACIAIS
Campos	Território	Domínio e controle de um território sobre outros/segregação	Construção de estruturas que separam e distanciam classes sociais
<i>Habitus</i>	Lugar/práticas espaciais	Proximidade entre iguais, negação do compartilhamento de diferenças/fragmentação	Construção de divisões em múltiplas escalas da cidade
Capitais	Redes	Conectividades rizomáticas	Construção de redes com múltiplos pontos de proteção e hostilidade

Organização do autor com base em Bourdieu (2006, 2013), Lindón (2006, 2009) e Lussault (2015).

Já o conceito de *habitus* se relaciona com lugar e práticas espaciais, pois diz respeito diretamente às preferências exercidas na apropriação do espaço urbano, que aparecem de maneira naturalizada. Se estruturam em processos de fragmentação, pois as relações de separação e distanciamento se dão aqui em múltiplas escalas da cidade (residencial, consumo, lazer e serviços), não sendo possíveis sem os controles advindos da matriz anterior.

Por fim, os capitais simbólico, cultural, econômico, social e espacial se estruturam em redes rizomáticas de proteção de alguns e exclusão de tantos outros. Essas redes se dão a partir de múltiplos pontos no espaço, são acionadas de acordo com as necessidades e recebem respostas fundadas em redes de solidariedade ou hostilidade que surgem, muitas vezes, de maneira “espontânea” pela identificação entre os agentes ou de forma sistemática e institucionalizada.

O preconceito e o controle das distâncias

Diante desse contexto, percebe-se que o preconceito de natureza espacial é imanente à estruturação e à apropriação da cidade, pois reflete e sustenta as disputas entre as classes sociais por recursos. Para essa compreensão é necessário articular diversas escalas na cidade, os seus usos residenciais, os bairros, os diferentes setores e suas funcionalidades, bem como as escalas de consumo, realizados nos espaços públicos e nos lugares de uso coletivo.

Se o espaço diz respeito diretamente, como deseja Lussault (2015), à necessidade que os agentes sociais têm de regular as distâncias, o preconceito espacial se constitui como uma tecnologia, ou dispositivo, como veremos adiante, por meio do qual se realizam e se legitimam essas regulações. Envolve, nas diversas escalas, um conjunto de estratégias invariantes, levadas a cabo por operadores espaciais.

Lussault (2015) aponta diversas estratégias ligadas à construção do espaço via gestão e planejamento das distâncias que nos parecem guardar fortes conexões com a problemática de

consecução do preconceito espacial a partir da perspectiva do campo urbano. Elas envolvem designação, qualificação, atribuição de características a certos espaços e a delimitação, que “constituye un acto espacial separatista tan común como poderoso, que contribuye en gran medida a configurar los espacios humanos” (LUSSAULT, 2015, p. 65).

Esses jogos de distância se realizam, diz Lussault (2015), pela combinação de diversos tipos de limites: 1) fechados e materiais, como cercas e muros; 2) imateriais, impostos por sistemas de televigilância e telessegurança; 3) limites abertos e contínuos, como fronteiras entre espaços de livre circulação; 4) limites abertos borrados, os quais estão muito mais interiorizados nos sujeitos do que inscritos em morfologias.

Na escala residencial, esses jogos de distâncias se dão entre bairros nobres e favelas, mediados por zonas de transição popular ou por, cada vez mais comuns, limites fechados por muros. Quando surgem bairros nobres no anel periférico, sejam em condomínios fechados ou loteamentos abertos, eles se ligam aos principais equipamentos urbanos por meios de vias de trânsito rápido, que funcionam como dutos que protegem de zonas perigosas.

Os deslocamentos são feitos por carros particulares, com vidro fumê que garante a redução da visão lateral, a única capaz de gerar profundidade. Como ressalta Sennett (2018), quem percorre a urbe a pé ou de bicicleta vê e constrói uma multiplicidade de lugares, enquanto aqueles que se deslocam de carro veem apenas espaços. No primeiro caso, podem-se criar mobilização e sensibilização com as realidades sociais; no segundo, a indiferença existe como princípio.

No bojo dessa configuração, os preconceitos são construídos a partir da vivência de certas espacialidades distintivas e segregadoras. Habitar apenas certos arranjos espaciais, como condomínios fechados e espaços de consumo elitizados, estimula a percepção estereotipada de outros grupos sociais e seus lugares (SVAMPA, 2008). O preconceito é assim construído sempre de uma posição espacial do campo urbano em relação à outra, da qual precisa manter distância ou se separar.

Nesse sentido, a não convivência entre os diferentes se assenta como um terreno fértil para a elaboração de preconceito espacial, que quase sempre se manifesta no discurso (circulante no cotidiano e na mídia) pela atribuição de violência e criminalidade aos bairros periféricos pobres e a seus moradores (SOUZA, 2008). A definição de lugares seguros e inseguros passa a ser dada não por índices de criminalidade, mas pelas pessoas que deles se apropriam.

Essa mesma lógica se estende a outros elementos da vida social. Dessa forma, aos habitantes de bairros estigmatizados também são lançadas pechas relacionadas às escolhas estéticas (vestuários, maquiagens e perfumes); alimentares (comidas gordurosas e em grande quantidade); esportivas (prática de esportes ligados ao corpo em ambientes degradantes) e a ausência de ascetismo com a saúde (BOURDIEU, 2013).

Na esteira dessas percepções, os agentes do campo dominante adotam práticas espaciais de evitamento de bairros estigmatizados. Frequentar um território difamado, além de supostamente colocar em risco a vida, já que seria violento, põe em xeque o capital simbólico do sujeito, podendo passar a pesar sobre ele desconfiança, afinal, o que estaria fazendo em um lugar de banditismo, vagabundagem, perdição moral e aberração estética?

Outro aspecto dessa geograficidade ocorre quando as “práticas espaciais”, no sentido dado por Lindón (2006) a esse conceito, realizadas nos espaços estigmatizados e pelos seus habitantes, são decodificadas pelo senso prático dos agentes dominantes, de sorte que, quando acontecem em seus lugares, aprofundam a estigmatização. Essas ações estigmatizantes são, às vezes, levadas ao extremo, avolumando os casos de violências, prisões e coerções arbitrárias perpetradas contra agentes periféricos por estarem em algum estabelecimento de consumo da elite.

Nesse aspecto, os limites relacionados às práticas espaciais, nas múltiplas escalas da cidade, são mais fluídos e contraditórios. A copresença, quando não leva a casos extremos, não significa aceitabilidade dos de baixo nos espaços distintivos e muito menos inserção a ponto de se sentirem em casa quando vão às lojas e *shopping* elitizados. Ao contrário, frequentemente, suas posturas são marcadas pelo embaraço e pela hesitação. É a internalização da inferioridade com características espaciais.

A única convivência aceitável é para o trabalho, aí os limites das fronteiras podem ser transgredidos. As pessoas estigmatizadas e que habitam bairros difamados podem ocupar – e ocupam –, em grande parte de forma legítima, os bairros nobres e os espaços de consumo, como funcionárias nas mais diversas profissões visíveis e invisíveis. Mas, durante o expediente, são constantemente vigiadas, podendo, em qualquer momento, ser acusadas de algum crime, e quando o tempo de serviço é encerrado, espera-se que os trabalhadores voltem imediatamente para seus territórios.

Dessa forma, o preconceito espacial se materializa no cotidiano da cidade sempre com uma dose seletiva de permissão e proibição, que está intimamente relacionada com as práticas espaciais, ou seja, com o modo, o sentido e a extensão da apropriação dos lugares, redes e territórios. É a base simbólica dos processos de segregação e fragmentação socioespacial. É o que legitima a estruturação das cidades em fraturas territoriais injustas.

A espacialidade como instrumento de preconceitos sociais

O preconceito espacial se materializa igualmente na produção do próprio substrato espacial e não só em muros, cercas ou vias de trânsito. A dimensão de classe se amalgama com outras dimensões da vida social, refletindo uma sociedade atravessada por diversas injustiças que se transfiguram, sustentam-se e reforçam estigmas espaciais. Esses aparecem, em alguns momentos, como síntese de diversos preconceitos de classe, de gênero, contra pessoas com deficiência, contra as pessoas LGBTQIAP+, de raça e etnia.

Kern (2020), analisando o quanto as cidades são preconceituosas com as mulheres, sobretudo pobres, negras e periféricas, demonstra que a própria espacialidade, em sua dimensão morfológica, é construída para reprodução de preconceitos. As dificuldades começam com a falta de espaços no transporte coletivo, já que o corpo de uma grávida, por exemplo, parece demasiado grande; nos empecilhos para locomoção do carrinho de bebê, que encontra pela frente calçadas com desníveis, escadas com curvas e portas giratórias.

A autora aponta ainda a condição dos banheiros, quase sempre ausentes dos lugares públicos ou, quando existem, não possuem a mínima estrutura para a troca de absorventes ou fraldas de crianças. São, via de regra, sujos, pequenos, inseguros e sem alças para colocar bolsas e objetos femininos enquanto se faz uso. Assim, põe em risco a vida das mulheres, especialmente pobres e negras, do ponto de vista sanitário e da violência a que ficam susceptíveis.

O trabalho de Kern (2020), se lido a partir dos conceitos que estamos mobilizando, chama atenção para divisões e distanciamentos que se verificam entre mulheres ricas, de classe média e brancas de um lado e, de outro, mulheres negras e pobres. O racismo, a branquitude e o gênero perpassam a estruturação dos campos, profundamente ancorados nas espacialidades, como demonstra a autora.

Os processos de gentrificação expressam igualmente a instrumentalização dos espaços para o distanciamento e expulsão de populações indesejadas do convívio dos agentes que dominam o campo urbano. Uma das principais vias desse processo nas cidades contemporâneas, conforme mostra Serpa (2017), é a construção de parques públicos, que promovem a valorização imobiliária do

entorno e a conseqüente substituição da população pobre, e frequentemente negra, pela de maior poder aquisitivo, seja da classe média, seja de classe alta, sobremaneira, das pessoas de pele branca².

A exclusão dos indesejados é completada pelas mediações simbólicas, pois os parques são construídos para viabilizar práticas da cultura legítima, enquanto a cultura popular nem vista como cultura o é. Assim, para Serpa (2017, p. 45), “a apropriação social dos parques públicos, mobilizam códigos de conduta supostamente conhecidos de todos, mas são as classes médias que impõem aqui suas concepções e usos”.

Na esteira de interesses imobiliários e simbólicos como esses, no Brasil, os programas de habitações populares, levados a cabo pelo Estado, têm seguido à risca uma espacialidade propícia à geração de preconceitos contra os pobres e negros. As unidades habitacionais, repetidamente, são construídas longe da área consolidada da cidade, ou seja, com descontinuidade territorial, fomentando a percepção de que são territórios que pertencem mais ao rural, ou mesmo a outros municípios vizinhos.

A produção dessa espacialidade, no plano material e simbólico, assenta-se no pressuposto de que os habitantes dessas áreas não têm direito à cidade. A eles são oferecidos transporte coletivo precário no meio de semana para ir ao trabalho, enquanto em finais de semana praticamente não há disponibilidade de ônibus ou linhas de metrô. Essa separação fundada no substrato territorial faz com que eles fiquem distantes dos lugares distintivos da classe média e da burguesia.

As habitações populares também expressam preconceito espacial em sua estrutura quando são construídas em tamanhos padronizados, conforme as finalidades lucrativas de construtoras. Nesse modelo, não se leva em consideração “o tamanho das famílias e, sobretudo, a [...] flexibilidade da moradia ao longo do ciclo familiar, não permitindo incorporar atividades econômicas ou acomodar parentes por meio de puxadinhos” (ROLNIK, 2015, p. 310).

Essa homogeneização é aplicada também no aspecto visual, com todas as casas tendo o mesmo *designer*, *layout* e cor. No plano simbólico isso fere de morte o desejo por autenticidade e expressividade, fontes fundamentais de autoestima dos sujeitos da sociedade moderna. Assim que podem, os moradores começam a modificar a pintura, em busca desses valores distintivos, no entanto, como não dominam as regras estéticas da arquitetura urbana, fazem amplo uso de cores primárias.

Em oposição, a classe média valoriza cores neutras, secas, pastel e *off-white*, que possibilitam tonalidades suaves, leves e sóbrias. Essas cores são associadas ao espírito e domínio estético, enquanto as cores primárias expressariam emoções fortes e agressividade. Os recursos para conservação, atualização e manutenção dessas tinturas ampliam o fosso entre os bairros elitizados e populares. Esse elemento, aparentemente tolo, compõe, de modo pré-reflexivo, os aspectos de distinção e estigmatização dos bairros na cidade.

Preconceito espacial enquanto dispositivo de controle territorial

O preconceito espacial, gestado nas disputadas pelos sentidos e apropriação do espaço urbano, acaba por funcionar na prática como um dispositivo de controle usado pelas frações dominantes do campo urbano. Agamben (2009) ressalta que o termo dispositivo nomeia aquilo em

² A expulsão de populações pobres e negras de áreas bem localizadas e com melhores amenidades geográficas não é uma novidade nas cidades brasileiras. Campos (2012) afirma que, no caso do Rio de Janeiro, desde o governo de Pereira Passos no início do século XX, milhares de negros foram deslocados da área central para subúrbios distantes. Tomando outra realidade como referência, a cidade de Londrina, no Paraná, Silva (2012) afirma que há uma política de planejamento desde meados do século XX que mantém a população pobre e negra segregada, distante da área central e dos bairros com melhores infraestruturas.

que, e por meio do qual, realiza-se uma atividade de governo. Resulta de relações de poder que procuram capturar, determinar, modelar, interceptar e controlar condutas.

Como todo dispositivo implica processos de subjetivação (AGAMBEN, 2009), uma das primeiras consequências do preconceito socioespacial é retirar a autoestima das populações que habitam espaços estigmatizados. A partir daí, fica mais fácil controlar seus destinos, pois elas passam a naturalizar a posição ocupada no campo urbano, vista como resultado imanente de suas incapacidades.

Uma das principais formas de retirar essa autoestima é com a atuação do aparelho policial e repressor. Em lugares estigmatizados, há uma espécie de suspensão das leis, que Soares (2019) chama de filtros territoriais, nos quais não só pode como deve matar, inclusive crianças, torturar pessoas e invadir casas em comunidades e bairros pobres. Para tais atos, não há comoção popular, muito menos punição para os agentes do aparelho repressivo do Estado, que com frequência recebem promoções.

Isso ocorre porque em uma sociedade escravocrata como a brasileira (SOUZA 2012), o preconceito não se expressa apenas como um desejo de distanciamento, mas como ódio ao trabalhador, ao negro e demais grupos ditos minoritários, como a população LGBTQIAP+. Os espaços desses grupos devem permanecer constantemente debaixo do chicote policial, em que há, inclusive, uma espécie de sadismo com as cenas de policiais batendo e atirando em favelas.

A criminalização desses territórios pelo Estado tem o efeito de dividir internamente a população entre honestos e bandidos. Feita a divisão, o controle se torna mais fácil, pois desestimula qualquer processo de organização social e solidariedade orgânica entre os habitantes. Em decorrência disso, não se vê mobilização sistemática e ampla nas favelas contra a violência estatal, pois os parentes das vítimas não conseguem mobilizar afetos dos "honestos" que incorporaram o esquema de percepção dos grupos dominantes.

O controle policial não é usado somente nessa configuração de área, mas em uma rede de natureza rizomática que procura garantir a exclusividade dos espaços de frequência das classes privilegiadas. Esse conjunto de ações combinadas faz com que os estigmatizados de maneira cifrada entendam que certos lugares não são para eles, sendo melhor manter o distanciamento. É a subjetivação do preconceito manifestada nas práticas espaciais que poderíamos chamar de evitamento reativo.

Souza (2006), em diversos momentos, traz à baila como a estratégia das elites em retirar qualquer autoestima dos pobres tem a finalidade de impedir que esses participem da gestão e planejamento democrático da cidade. A narrativa elitista defende que sujeitos associados sempre à força corporal (violenta) são desprovidos de inteligência para ter voz sobre o orçamento participativo e dotação de infraestrutura em seus bairros e cidades. Essa dimensão deve, portanto, ficar a cargo das elites esclarecidas.

Nesse contexto, somente a dotação de infraestrutura em espaços estigmatizados não é suficiente para reduzir os preconceitos espaciais. É necessário, ressalta Souza (2006, p. 251), uma "desestigmatização", ou seja, a construção de novos sentidos sobre tais lugares. Esse processo passa, necessariamente, pelo reconhecimento de que os trabalhadores são os mais indicados para tomar decisões sobre seus destinos:

Principalmente quando já dispõem de alguma experiência participativa e sua auto-estima enquanto cidadãos lhes permite a superação da timidez perante os políticos profissionais e os técnicos a serviço do Estado, os pobres urbanos são capazes, com seu bom senso, de desafiar e embarçar a uns e outros (SOUZA, 2006, p. 398).

Aparece então, mais uma vez, a face econômica do preconceito espacial. Ele viabiliza processos de despossessão territorial. Harvey (2011, p. 200) alertava para essa realidade afirmando que “preconceitos desempenham seu papel nos conflitos entre grupos sociais sobre o controle e sobre o acesso a bens valorizados”. O preconceito espacial funciona nesse contexto como um gatilho quando os agentes econômicos que mandam nas cidades desejam expulsar populações de áreas nas quais pretendem fazer investimentos.

Não raramente, a pecha da violência, da prostituição, da degradação arquitetônica e inadequada higiene é lançada contra territórios com o apoio da mídia, para que, em seguida, eles sejam removidos. A mesma estratégia é adotada para implantação de grandes obras públicas referentes a eventos ou redes de transporte, como rodovias, ferrovias e aeroportos. A Copa do Mundo e as Olimpíadas no Brasil oferecem diversos exemplos quanto à remoção de favelas.

Dessa forma, o preconceito espacial participa dos principais negócios da vida urbana, sendo usado como ferramenta para legitimar violências e sufocar processos reivindicatórios. No plano das práticas cotidianas, garante a perene higienização dos lugares de frequência das classes médias e elites que, além disso, ainda sentem ter a boa consciência de que estão moralizando a vida social.

Considerações finais

O preconceito espacial é um elemento fundamental para compreensão dos espaços urbanos. Por meio dele se joga luz sobre a construção das lugaridades, territorialidades e práticas espaciais pelos cidadãos. Elas se dão com o estabelecimento de limites e distâncias das interações espaciais entre grupos e classes distintas, os quais não podem ser transgredidos sob o risco de violência sobre os pretendentes.

Longe de serem meramente espontâneas, elas revelam jogos de interesses que envolvem a apropriação de capital simbólico, espacial e econômico. Poderíamos dizer, em verdade, que o preconceito espacial é um grande negócio, pois justifica a vida e as ações das elites. Joga a culpa dos problemas urbanos em bairros pobres e em seus cidadãos e preserva a boa consciência para realizar a rapinagem de recursos.

Assim, de um lado, legitima uma higienização dos seus espaços de frequência, mantendo distante da vista os “olhos do pobre”, como no poema de Baudelaire (2014). Nesse, o eu lírico conversa com a amante, em um café de um novo bulevar, quando percebem um homem de barba grisalha com cerca de quarenta anos, com duas crianças maltrapilhas a olhá-los da esquina. A amante então reage: “não suporto essa gente, esses olhos arregalados como as portas das cocheiras! Você não poderia pedir ao dono do café para afastá-los daqui?”.

Por outro lado, legitima o controle do orçamento público, do planejamento urbano, das operações de renovação, em suma, dos rumos da cidade. Isso é levado a cabo na associação entre o Estado e o mercado, cujos agentes também moram nos setores mais prestigiados e se apropriam dos lugares de consumo e lazer mais consagrados. A força da polícia e das leis urbanísticas sedimentam essa dominação socioespacial.

Referências

- AGAMBEN, G. (2009) *O que é contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos. 92 p.
- BAUDELAIRE, C. (2014) *Pequenos poemas em prosa (le spleen de Paris)*. [S.l.]. Disponível em: <https://iedamagri.files.wordpress.com/2014/07/ baudelaire-spleen-de-paris.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- BOURDIEU, P. (1983) *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada. 272 p.
- BOURDIEU, P. (1997) *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes. 752 p.
- BOURDIEU, P. (2006) *As estruturas sociais da economia*. Porto: Campo das Letras. 263 p.
- BOURDIEU, P. (2013) *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Souk. 560 p.
- BOURDIEU, P. (2015) *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Zouk. 220 p.
- CAMPOS, A. O. (2012) As questões étnico-raciais no contexto da segregação socioespacial na produção do espaço urbano brasileiro: algumas considerações teórico-metodológicos. In: SANTOS, R. E. (Org.). *Questões urbanas e racismo*. Brasília: ABPN, p. 105-134.
- CAILLY, L. (2004) *Pratiques spatiales, identités sociales et processus d'individualisation*. Thèse (Doctorat em Géographie) – Ecole doctorale Sciences de l'homme et de la société, Université François Rabelais: Tours, 444 p.
- LINDÓN, A. (2006) Geografías de la vida cotidiana. In: LINDÓN, Alicia; HIERNAUX, Daniel (Dir.). *Tratado de Geografía Humana*. Barcelona, Rubi: Cidade do México, Antrophos Editorial, p. 356-400.
- LINDÓN, A. (2009) La construcción socioespacial de la ciudad: el sujeto cuerpo y el sujeto sentimiento. *Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, Argentina, v. 1, n. 1, p. 6-20. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273220612009>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- LINDÓN, A. (2012) La concurrencia de lo espacial y lo social. In: TOLEDO, Enrique de la Garza; LEYVA, Gustavo (Ed.). *Tratado de metodología de las ciencias sociales: perspectivas actuales*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, p. 554-590.
- LINDÓN, A. (2015) Del espacio pública de las hexis corporales al de las afectividades brumosas y no discursivas. *Revista latinoamericana de estudios sobre cuerpos, emociones y sociedad*, Córdoba, n. 17, ano 7, p. 8-19. Disponível em: <http://www.relaces.com.ar/index.php/relaces/article/view/157>. Acesso em: 21 jul. 2020.
- LINDÓN, A. (2020) La periferia: fragmentos inestables de la ciudad vivida. *Revista perspectiva geográfica*, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 15-33. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pgeo/v25n2/0123-3769-pgeo-25-02-15.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2021.
- LUSSAULT, M. (2015) *El hombre espacial: la construcción social del espacio humano*. Buenos Aires: Amorrortu. 352 p.
- KERN, L. (2020) *Ciudad feminista: la lucha por el espacio en un mundo diseñado por hombres*. Buenos Aires: EGodot, 2020. 208 p.
- HARVEY, D. (2011) *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo. 238 p.
- ROLNIK, R. (2015) *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo. 424 p.
- ROCHA, R. M.; MAGALHÃES, A. M. (2011) As amenidades naturais influenciam a escolha locacional dos trabalhadores? Evidências para as regiões metropolitanas brasileiras. *Revista brasileira de estudos de população*, [S.l.], v. 28, n. 2, p. 369-387. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/LLWXtnxfYLnCVFZHdgnMBxq/?lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.
- SERPA, A. (2017) *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto. 208 p.
- SENNETT, R. (2018) *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro: Record. 378 p.
- SILVA, M. N. (2012) População negra: segregação e invisibilidade em Londrina. In: SANTOS, R. E. (Org.) *Questões urbanas e racismo*. Brasília: ABPN, p. 105-134.
- SVAMPA, M. (2008) *Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados*. Buenos Aires: Biblos. 282 p.
- SOARES, L. E. (2019) *Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos*. São Paulo: Boitempo. 296 p.
- SOUZA, M. L. S. (2006) *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 632 p.

- SOUZA, M. L. S. (2008) *Fobópole: O medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 288 p.
- SOUZA, J. (2012) *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 207 p.
- TAYLOR, C. (2011) *As fontes do self: a formação da identidade moderna*. São Paulo: Loyola. 672 p.
- VILLAÇA, F. (2001) *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Nobel. 376 p.